



Número: **0807573-37.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **27/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.045,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                    |                    | Procurador/Terceiro vinculado                          |                          |
|---|--------------------|--|--------------------------|
| FABIO JUNIOR BARROS DE LIMA SILVA (AUTOR) |                    | KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)          |                          |
| SEGURADORA DPVAT (RÉU)                    |                    | Livia Karina Freitas da Silva (ADVOGADO)               |                          |
| Documentos                                |                    |  |                          |
| Id.                                       | Data da Assinatura | Documento  | Tipo                     |
| 59185132                                  | 27/08/2020 11:30   | <a href="#">2735601_OPOSICAO_PEDIDO_DESISTENCIA_01</a> | Documento de Comprovação |



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORO/RN

Processo: 08075733720208205106

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrevem, nos Autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO JUNIOR BARROS DE LIMA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, em atendimento ao r. despacho de fls., vem, *mui* respeitosamente, à presença de V. Exa., manifestar-se **quanto ao pedido de desistência** requerido pela parte autora.

A Ré **NÃO CONCORDA COM A DESISTÊNCIA**, isso porque tem interesse no julgamento do mérito, apta à formação da coisa julgada, entendida, na dicção do art. 502 do CPC/2015, como: ***“a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”***.

Consigna-se que o julgamento o mérito da causa evitará novas discussões sobre os mesmos fatos, como também impedirá que a parte autora venha ingressar novamente com a mesma demanda em outro juízo.

Assim sendo, requer o prosseguimento do feito com análise do mérito, julgando totalmente improcedentes os pedidos da peça inaugural.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

MOSSORO, 26 de agosto de 2020

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**  
11929 - OAB/RN

